



ID: 29313126

17-03-2010

## Primeira Linha

O PEC VISTO À LUPA

# Governo corta a fundo no Estado e faz fé na retoma

Investimento em mínimo histórico, despesas com pessoal no mínimo de 20 anos. Muitas privatizações. Tudo para reduzir o défice **RUI PERES JORGE e PEDRO ROMANO**

O peso do investimento público no PIB vai chegar, em 2013, a níveis nunca verificados durante a democracia portuguesa. No mesmo horizonte temporal, o Governo irá reduzir a despesa com salários do Estado (em percentagem do PIB) para o valor mais baixo desde 1987. Além disso, iniciará uma sucessão de cortes nas transferências do Orçamento do Estado para a Segurança Social. Estas são as três medidas que dão os principais contributos para a redução do défice, inscrita no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC). Em conjunto, funcionários públicos, Segurança Social e investimento do Estado contribuirão com um terço do ajustamento de 5,5 pontos percentuais do PIB com que o Governo quer trazer o défice orçamental dos 8,3%, em 2010, para 2,8%, em 2013.

Do ponto de vista de contributos para a consolidação, só outro factor conta mais nas contas do Executivo: o impacto do crescimento económico nas receitas e despesas. À boleia da retoma, o Governo espera mais encaixe fiscal e menos despesas sociais e anti-crise de um valor muito expressivo: dois pontos de PIB, o que explica 36% da consolidação.

### Grandes empresas e sector financeiro sem contributos

As grandes empresas e a banca não foram incluídas no esforço de consolidação orçamental que o governo desenhou. Medidas excepcionais para estes sectores - especialmente para o sector financeiro que esteve no centro da crise - acabaram por ficar na gaveta. A justificação do ministro das Finanças - em entrevista ao **Negócios** publicada na segunda-feira - centrou-se na necessidade de apoiar o relançamento da actividade empresarial e de não prejudicar a banca nacional face à concorrência internacional.

A introdução de uma taxa adicional de 45% em sede de IRS para rendimentos superiores a 150 mil euros não é quantificada no relatório. O mesmo acontece com as taxas sobre os bónus dos gestores. Em ambos os casos, os impactos orçamentais serão marginais. Sobre o primeiro caso, o Governo sustenta que a taxa de 45% destina-se "a promover uma justa repartição dos esforços com o processo de consolidação".

A excepção no que diz respeito ao mundo empresarial e financeiro é a introdução de um imposto de 20% sobre as mais valias obtidas nos mercados de capitais. Com esta medida o Executivo espera arrecadar cerca de 239 milhões de euros por ano, o que é de metade da receita gerada pelo aumento da factura fiscal que trabalhadores e pensionistas sentirão pela introdução de limites às deduções de benefícios fiscais já sobre os rendimentos auferidos este ano.

### Crescimento e salários baixos, desemprego alto

As medidas de consolidação são apresentadas num período que deverá ser o pior de sempre no que toca ao desemprego. As previsões do Governo apontam para um crescimento anémico ao longo dos próximos quatro anos, chegando a 1,7% em 2013. Neste período, o desemprego nunca cairá abaixo dos 9,3%, o que é o valor máximo da democracia.

E os que conseguirem atravessar a tempestade sem perder o emprego não terão, ao contrário do que sucedeu em 2009, a benesse de actualizações salariais generosas. A convicção de que a inflação será baixa e as elevadas taxas de desemprego - em quatro anos serão criados só 55 mil empregos - levarão a aumentos salariais entre 0,5% e 0,3% nos dois próximos anos, um valor insuficiente para compensar a subida dos preços.

### Privatizar ou desbaratar

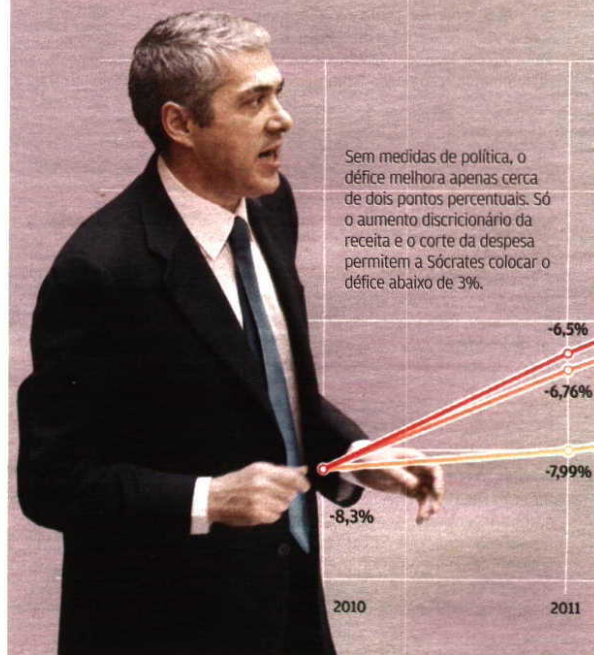
Para reduzir o défice, o Governo aposta em cortes nas despesas com pessoal, com investimento e com gastos sociais. Para controlar a dívida, a estratégia é privatizar. O Governo pretende arrecadar 6 mil milhões de euros vendendo alguns dos "anéis", como a GALP, EDP, REN, ANA, CTT ou Caixa Seguros, empresas que estão entre as que mais dividendos pagam ao Estado. A solução tem merecido críticas, nomeadamente de Mário Soares: "Não podemos desbaratar o nosso património", afirmou o ex-presidente da República na semana passada. Ao **Negócios**, Teixeira dos Santos discordou, e defendeu que as privatizações irão melhorar a gestão e desempenho das empresas, ao mesmo tempo que darão um contributo importante para inverter a tendência de crescimento da dívida pública. Este último argumento encontra, no entanto, dificuldades de confirmação histórica: as privatizações têm servido mais para limpar défices orçamentais do que para reduzir sustentadamente a dívida. Entre 1987 e 2005, por exemplo, o Estado amealhou cerca de 24,9 mil milhões de euros em privatizações. No mesmo período, a dívida pública saltou de 55,2% para 63,6% do PIB.

## DE ONDE VEM A CONSOLIDAÇÃO?

Sem medidas concretas e só com a ajuda do crescimento, o défice público seria de 6,4% em 2013. O corte na despesa permite compor um pouco as contas e a subida da receita dá o contributo decisivo para colocar o

### FUNÇÃO PÚBLICA DÁ O MAIOR CONTRIBUTO

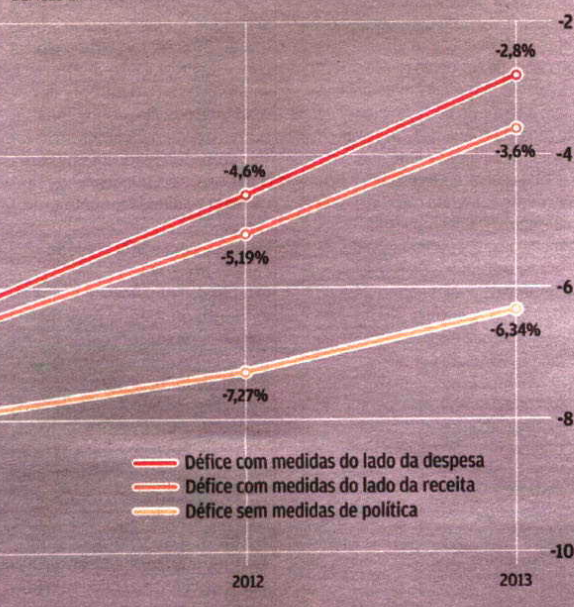
PERCENTAGEM DO DÉFICE QUE CADA MEDIDA PERMITE CORTAR ENTRE 2010 E 2013. SOMAM 5,5 PONTOS PERCENTUAIS DE PIB NECESSÁRIOS PARA REDUZIR O DESEQUILÍBRIO ORÇAMENTAL DOS 8,3% DE 2010 PARA 2,8% EM 2013.



desequilíbrio das contas de novo abaixo dos 3% do PIB. As medidas de política incidem sobretudo do lado da despesa, com os funcionários públicos a pagarem a maior parte da factura. O investimento também cai.



**MEDIDAS DE POLÍTICA VALEM 3,54% DO PIB**  
DÉFICES EM % DO PIB EM TRÊS CENÁRIOS DIFERENTES



**AS REACÇÕES AO PEC**

O PSD sinalizou novamente que deverá apoiar as medidas de austeridade do PEC, mas os restantes partidos da oposição não devem completar o "alargado consenso" pedido por José Sócrates. Os economistas entendem privatizações, enquanto as portagens nas SCUT e os cortes nas deduções agitam representantes dos afectados.

**Aguiar-Branco** defendeu a abstenção do PSD, invocando o "interesse nacional".  
**JOSÉ PEDRO AGUIAR-BRANCO**  
Líder parlamentar do PSD

"Os deputados do PSD vão conscienciosamente analisar o documento e tomar posição responsável, consciente e de acordo com o interesse nacional".

O PSD formalizou a intenção de adiar por 15 dias o debate do PEC para poder ser analisado pela futura liderança do partido, uma proposta rejeitada pelo PS. O líder parlamentar, Aguiar-Branco, assegurou, porém, que os deputados do PSD vão ter "uma posição responsável, consciente e de acordo com o interesse nacional", sinalizando a abstenção.

**Paulo Portas** admite votar contra o PEC se Governo não recuar nos cortes nas deduções.  
**PAULO PORTAS**  
Presidente do CDS/PP

"Mais do que restrições, o que o Governo nos propõe para os próximos quatro anos é declínio económico e decadência económica".

Os populares admitiram já votar contra o projecto de resolução do PEC, se o Governo não recuar no corte às deduções fiscais. Paulo Portas afirmou-se "bastante crítico" em relação ao documento, denunciando que o Governo exige aos portugueses que se resignem e acomodem ao "declínio" e à "decadência económica".

**Francisco Louçã** (BE) apresentou um projecto de rejeição do PEC do Governo.  
**FRANCISCO LOUÇÃ**  
Coordenador do BE

"Trata-se de impor aos desempregados a possibilidade de terem emprego por salários que possam estar abaixo do salário mínimo".

O Bloco, que vai apresentar um projecto de resolução de rejeição ao PEC, criticou as "medidas escondidas" na primeira versão do documento, em particular a redução do subsídio de desemprego e as novas privatizações de parte da CP e dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. "Um ataque do Governo ao bem público", denunciou Francisco Louçã.

**Jerónimo de Sousa** (PCP) acusa Governo de pouco penalizar os "responsáveis pela crise".  
**JERÓNIMO DE SOUSA**  
Secretário-geral do PCP

Quando se trata de tributar o grande capital e as mais valias bolsistas, vê-se que essas medidas ficam para "São Nunca à tarde".

O PCP diz que o PEC deveria trazer uma "repartição de sacrifícios", pelo que não compreende por que não é definido um calendário para taxar as operações bolsista nem para fazer a banca pagar a taxa de IRC exigida às PME. "Quando se trata de penalizar os trabalhadores as medidas estão calendarizadas e são executadas", contrapõe Jerónimo.

**Fernando Castro** denuncia um "fortíssimo ataque às famílias com filhos".  
**FERNANDO CASTRO**  
Associação de Famílias Numerosas

"Existe um gigantesco aumento de impostos. É um forte agravamento da política anti-natalista e anti-famílias por parte do Governo".

O PEC é um "fortíssimo ataque às famílias com filhos", analisa Fernando Castro, contestando "não só o aumento dos tectos" para corte das deduções fiscais na Saúde e Educação, mas também "porque não entra em linha de conta com o rendimento per capita". Tudo consequência da "forte política anti-natalista do Governo", resume.

**Murteira Nabo** disse ser "óbvia" a lista das empresas a privatizar nos próximos anos.  
**MURTEIRA NABO**  
Bastonário Ordem dos Economistas

"Todas as privatizações são relativamente lógicas, com excepção dos seguros. Mas a justificação que é dada é relativamente convincente".

O bastonário da Ordem dos Economistas não fica "chocado" com a privatização de várias empresas estratégicas nacionais, definindo-as como "óbvias" e "lógicas". Apenas o plano para os seguros surpreendeu Murteira Nabo que, no entanto, disse ser "relativamente convincente" a justificação apresentada pelo Executivo de José Sócrates.

O autarca de Paços de Ferreira avançará na Justiça contra portagens nas SCUT.  
**PEDRO PINTO**  
Presidente da CM Paços de Ferreira

"A decisão quanto às portagens nas SCUT é política, mas teve por base uma incorrecta aplicação de critérios que vamos contestar na Justiça".

O presidente da Câmara de Paços de Ferreira, o social-democrata Pedro Pinto, vai recorrer aos tribunais, depois do Governo introduzir portagens nas duas SCUT da região. A mesma insatisfação que gera noutros municípios, como Lousada, que avançará também com um processo, apesar da autarquia ser liderada pelo socialista Jorge Magalhães.

O PEC visto à lupa

# O PEC mexe no bol

Trabalhadores, desempregados, funcionários públicos e futuros aposentados do Estado vão ser chamados a pagar a maior parte da factura da crise económica.

Em causa estão mais IRS, menos subsídio de desemprego, mais limitações salariais e reduções no valor das pensões do Estado. A versão detalhada do PEC, apresentada segunda-feira à noite, põe também as empresas a dar um pequeno contributo para o ajustamento

## TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA

### Ajudas de custo e carros da empresa terão IRC agravado

ELISABETE MIRANDA

A atribuição por parte das empresas de ajudas de custo, despesas de representação ou de carros aos seus trabalhadores vai sair mais cara. O Governo prepara-se para subir as taxas de tributação autónoma de IRC que recaem sobre estas despesas de modo a evitar a sua utilização abusiva.

O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) não diz para quanto sobe a taxa de tributação autónoma, que actualmente é de 10% ou de 5%, consoante o tipo de despesas em causa. No enunciado genérico da medida fala apenas no "reforço da tributação" para "desincentivar estas práticas remuneratórias e combater a fraude e evasão fiscal".

Se tudo correr como o Governo espera, este agravamento em IRC ocorrerá em paralelo com a entrada em vigor do Código Contributivo, que vem exigir que estas mesmas despesas passem também a pagar Segurança Social. Será um duplo encargo para as empresas que não arranjam forma de contornar os agravamentos tributários que a lei perspectiva.

#### Empresas com prejuízos terão parte dos salários "confiscados"

Uma segunda novidade em relação às medidas fiscais, que já vinham sendo anunciadas, passa pela cobrança de uma taxa adicional de imposto sobre os salários dos administradores e gerentes de empresas que dão prejuízos. Também aqui o Governo não entra em detalhes, pelo que fica por conhecer o que se consideram salários excessivos para sujeitar a tributação; qual a taxa aplicável e sobre que rendimento recai; e que tipo de prejuízos estão em causa, se conjunturais ou estruturais. Mas, tendo em conta que as empresas com prejuízo não pagam IRC, o mais certo é que se opte por exigir o encargo directamente os gestores e administradores das referidas sociedades, tributando-os autonomamente em IRS.



Impostos | Empresas contribuem com uma pequena parte para o ajustamento.

## IDEIAS-CHAVE

AS EXIGÊNCIAS DO PEC EM MATÉRIA DE IMPOSTOS

### PEC TRAZ NOVOS

#### AGRAVAMENTOS NO IRS

Além da imposição de um tecto máximo à fruição de benefícios fiscais, da introdução de um novo escalão de IRS e da redução da dedução específica para reformados com pensões anuais superiores a 22.500 euros, o PEC traz uma quarta medida que agrava o IRS das famílias: trata-se do congelamento do valor de 475 euros (baseado no salário mínimo) que serve para o cálculo de um conjunto de deduções "automáticas" que existem para todos os contribuintes e para os trabalhadores dependentes. Por exemplo, os contribuintes têm direito a uma dedução de 55% do SMN por cada sujeito passivo e outra de 40% do SMN por cada filho. Estas deduções não precisam de ser pedidas, são calculadas automaticamente pelo Fisco a partir do perfil familiar de cada contribuinte. Ora, como o valor do salário mínimo que lhes está subjacente congela, a dedução vai sendo cada vez mais baixa. O Governo justifica a medida com a necessidade de, a prazo, substituir o SMN pelo indexante de apoios sociais (IAS) em todas as deduções. Isto é, de garantir que elas passam a depender do IAS (que é de 419,22 euros, bastante mais baixo que o SMN, ). Mas, para não fazer uma descida abrupta das deduções, congelaram o valor do SMN até que o do IAS o alcance.

## PRESTAÇÕES SOCIAIS

### Beneficiários pressionado

CATARINA ALMEIDA PEREIRA

catarinapereira@negocios.pt

Os beneficiários do rendimento social de inserção (RSI) em idade activa vão ficar sujeitos a condições mais apertadas de aceitação de um novo emprego.

O Programa de Estabilidade e Crescimento, já entregue na Assembleia da República, refere que o "reforço das regras de aceitação de ofertas de emprego" se aplica não só às prestações que substituem rendimentos - como o subsídio de desemprego - mas também às "prestações de solidariedade para a população em idade activa". A lei prevê a inscrição dos beneficiários do RSI nos centros de emprego, mas na prática as exigências variam consoante os casos. Em Janeiro havia 237 mil beneficiários em idade activa, 60% do total. Dados relativos ao primeiro semestre de 2009 revelam, por outro lado, que apenas 38 mil trabalham.

A intenção de alteração das regras pode ajudar a explicar a quebra de 27% no tecto de despesa com esta prestação que, em 2012, se situará nos 370 milhões de euros. Uma redução proporcional do número de beneficiários implicaria o corte de mais de 100 mil beneficiários. As condições de atribuição serão validadas anualmente.

#### Despesa com solidariedade cai 8% até 2013

O tecto de transferências do Orçamento do Estado para financiar estas prestações cai de 7,5 mil milhões de euros em 2010 para 6,9 mil milhões em 2013. Isto resulta da generalização do método de aferição de recursos a todas as prestações contributivas - que ficarão congeladas - e de se passar a ter em conta "a totalidade" dos rendimentos do beneficiário, incluindo património e rendimentos financeiros. Neste grupo inclui-se, além do RSI, o subsídio social de desemprego ou o abono de família.



# so de todos

## do RSI mais a obter emprego

### IDEIAS-CHAVE

CORTES NOS APOIOS E COMBATE À FRAUDE

#### SEGURANÇA SOCIAL PASSA A INFERIR SALÁRIOS

A Segurança Social vai avançar para um processo "massivo" e "automatizado" de combate à fraude que passa pela emissão de declarações oficiosas quando as declarações das empresas suscitarem dúvidas. Trabalhadores independentes e beneficiários de prestações indevidamente pagas ficam sujeitos a processos de cobrança coerciva.

#### CORTES NO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

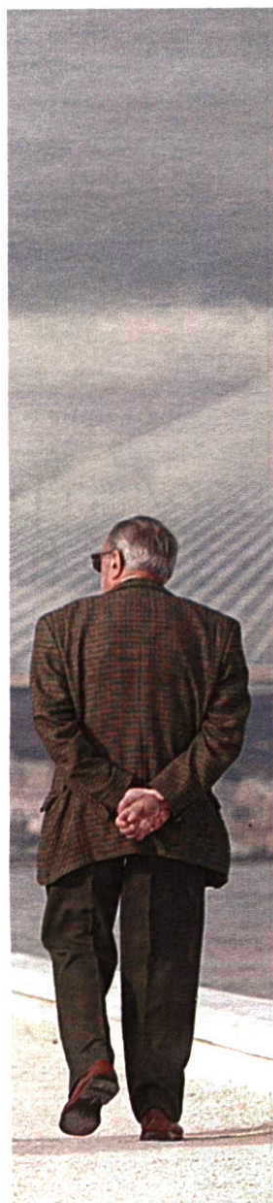
Os beneficiários do subsídio são actualmente obrigados a aceitar, nos primeiros seis meses, empregos com um salário equivalente ao valor do subsídio acrescido de 25%. A partir do sétimo mês a percentagem desce para 10%. O PEC esclarece que ambos os limites serão revistos. Será ainda alterada a relação entre o subsídio e o último salário (hoje nos 65%).

#### RENDIMENTOS FINANCEIROS EXCLUEM ACESSO A APOIOS

O Governo vai estipular condições mais rigorosas de acesso a todas as prestações não contributivas. Rendimentos financeiros e património serão tidos em conta na avaliação do rendimento do candidato.

#### MENOS PRESTAÇÕES SOCIAIS

A despesa passará de 21,9% do PIB (2009) para 21,4% (2013).



As pensões sociais escapam ao congelamento das prestações.

### FUNÇÃO PÚBLICA

## "Forte contenção" salarial vai atingir empresas públicas

CATARINA ALMEIDA PEREIRA  
catarinapereira@negocios.pt

As empresas públicas ou com participações do Estado deverão "alinhar" as regras relativas a aumentos salariais com a política de "forte contenção" na administração pública, prevê o documento que orienta as políticas do Governo até 2013.

Foi esta a orientação imposta este ano. Os conselhos de administração das empresas públicas "deverão respeitar" em 2010 as orientações adoptadas para as actualizações salariais na administração central, anunciou o Ministério das Finanças, no final de Fevereiro. A decisão, que não foi acatada pelos administradores de algumas empresas, justificou ameaças de greves na aviação e no sector ferroviário.

O Governo não esclarece se o anunciado "congelamento" salarial implica, ou não, aumentos zero nos próximos anos. Mas a urgência de contenção é clara. O objectivo é poupar 100 milhões de euros por ano, até 2013, em despesas com pessoal. O peso desta rubrica deverá passar de 11,5% do PIB em 2009 para 10% em 2013.

A convergência das regras de aposentação funcionários públicos com as da Segurança Social é outra das apostas para a redução de 298 milhões de euros até 2013. A reforma aos 65 anos chegará "entre 2012 e 2013", refere o Executivo, sem esclarecer mais detalhes.

#### Redução de pessoal alargada a todos os sectores do Estado

A regra que permite a contratação de um trabalhador "por, pelo menos" cada duas saídas é recomendada às autarquias e alargada a todos os sectores da Administração Central do Estado. A Educação é um dos sectores onde, até aqui, a regra não era implementada. O ministério das Finanças não esteve disponível para prestar mais esclarecimentos.



Congelamento salarial e cortes nas pensões eram contestação.

### IDEIAS-CHAVE

CONTROLO DE ADMISSÕES E REDUÇÕES NAS PENSÕES

#### MAIS DO QUE "DOIS POR UM"

A regra que prevê a admissão de um novo funcionário "por, pelo menos, cada duas saídas ocorridas", será reforçada, aplicada a todos os sectores da Administração Central e recomendada às autarquias.

#### UNIVERSIDADES SOB PRESSÃO PARA CORTAR DESPESA

As universidades vão ser particularmente afectadas. O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) prevê que "será potenciado o contributo das instituições do ensino superior" para a redução e controlo de despesas com pessoal e de prestações sociais.

#### CONVERGÊNCIA COM A SEGURANÇA SOCIAL

O PEC prevê que a nova fórmula de cálculo da pensão seja aplicada "às pensões a atribuir a partir de 2010", o que voltou a gerar dúvidas. Ao Negócios, o Governo esclarece que se mantém a regra já definida no Orçamento do Estado (OE): no caso das aposentações voluntárias a nova regra só se aplica a pedidos efectuados depois da publicação do OE, mas o mesmo não acontece nas pensões de invalidez ou por limite de idade. O PEC confirma a intenção de acelerar a idade da reforma na função pública, mas não esclarece se a convergência total chega em 2012 ou 2013.

O PEC visto à lupa

# Financiamento da Estradas de Portugal vai ser revisto

Três anos depois, o modelo que revolucionou o sector rodoviário poderá voltar a ser alterado

ALEXANDRA NORONHA  
anoronha@negocios.pt

Há três anos, foi apresentada uma verdadeira revolução no sistema rodoviário nacional: a Estradas de Portugal (EP) mudou os seus estatutos, passou a ser uma sociedade anónima, ficou a concessionar toda a rede portuguesa e tornou-se única titular de uma taxa especial, a Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR).

Agora, o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) vem levantar a possibilidade da alteração do modelo, que, praticamente, nem foi aplicado. "Proceder-se-á à avaliação e revisão do modelo de financiamento da Estradas de Portugal, visando a racionalização e garantia da sua sustentabilidade, num contexto em que a infra-estrutura rodoviária nacional está em fase de conclusão", lê-se no PEC.

O **Negócios** tentou contactar, tanto as Finanças como as Obras Públicas, para saber que revisão está em cima da mesa. Até ao fecho da edição, o Governo não conseguiu explicar o que iria fazer para mudar o modelo de financiamento. A introdução de mais portagens para aumentar receitas pode ser uma forma de tentar equilibrar as contas da EP, mas esta medida já está prevista no modelo actual. Também já foram canceladas as estradas que ainda não tinham sido lançadas. E num PEC marcado pela contenção de custos e austeridade, que também está a incidir sobre as empresas públicas, não é de esperar que sejam aumentadas quaisquer contribuições para a empresa. A CSR, ainda que seja uma taxa especial, representa 20% do ISP (Imposto sobre Produtos Petrolíferos), o que quer dizer que é menos receita que entra nos cofres do Estado.

A EP tem sido apontada algumas vezes como uma das culpadas pelo défice e a recusa de Bruxelas em deixar que a empresa deixe de consolidar nas contas do Estado (porque não considera a CSR receita própria)

A forma rever o financiamento da EP não foi explicada nem pelas Finanças nem pelas Obras Públicas.

pode levar a que a empresa veja a sua situação complicar-se. As restrições ao nível do endividamento podem também agravar a situação da concessionária, ainda que esta empresa, por ser SA, tenha mais autonomia do que outras sociedades.

Paralelamente, questões como a dos chumbos do Tribunal de Contas aos contratos para as sub-concessões da EP, cujas receitas irão reverter para a empresa, podem ter gerado dúvidas quanto à capacidade da EP de gerir os contratos, ainda que todo este processo tenha estado sobretudo nas mãos da tutela, através do ex-ministro Mário Lino e do secretário de Estado das Obras Públicas Paulo Campos.

Entre as várias fontes contactadas pelo **Negócios** ontem, a surpresa com esta afirmação do PEC era generalizada. A própria EP parece estar pouco informada sobre a questão o que pode indicar que as mudanças ou ainda estão muito por definir ou continuam ao nível das Finanças.

## 17 PRIVATIZAÇÕES EM QUATRO ANOS

BPN, ANA E GALP DEVEM SER AS PRIMEIRAS OPERAÇÕES

Empresa	Sector	Participação detida pelo Estado
<b>Alienação integral da participação do Estado</b>		
BPN	Financeiro	100%
INAPA - Investimentos, Participações e Gestão	Papel	32,7%
Edisoft	Defesa	60%
EID	Defesa	38,57%
Empordef TI	Defesa	100%
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos	Mineiro	81,1%
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	Energia	15%
<b>Alienação parcial da participação do Estado</b>		
Galp Energia	Energia	8%
EDP - Energias de Portugal	Energia	25,73%
REN - Redes Energéticas Nacionais	Energia	51,08%
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	Construção Naval	100%
CP Carga	Transportes	100%
TAP SGPS	Transportes	100%
CTT - Correios de Portugal	Comunicações	100%
ANA - Aeroportos de Portugal	Transportes	100%
Caixa Seguros	Financeiro	100%
EMEF - Manutenção de Equipamento Ferroviário	Transportes	100%
<b>Concessões</b>		
CP - exploração de linhas	Transportes	100%

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Os transportes e a energia são as áreas mais representadas entre as empresas que vão ser privatizadas. O Governo vai também fazer a concessão de linhas exploradas pela CP.



Venda da Galp com cautelas | O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, quer garantir o equilíbrio accionista na petrolífera

# Contratualização do serviço público dos transportes avança até fim

ALEXANDRA NORONHA  
anoronha@negocios.pt

A contratualização do serviço público de transportes deverá estar quase terminada no final deste ano, segundo adiantou ao **Negócios** fonte oficial do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Para isso, será criada uma comissão, com responsabilidades partilhadas entre as Finanças e as Obras Públicas que irá tratar desta questão com o objectivo de ter os contratos assinados até ao fim do ano.

O PEC prevê "a contratualização do serviço público com todas as empresas de transportes e revisão dos contratos de serviço público na área da comunicação social, até ao final de 2010". Estas medidas têm sido exigidas pelos operadores de transportes ao longo dos anos, como único forma de tentar resolver o défice crónico deste sector.

Recorde-se que já está em fun-

cionamento a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, sendo que o ministro António Mendonça chegou recentemente a acordo com os responsáveis da Junta Metropolitana do Porto para a instalação de um organismo semelhante naquela cidade. As autoridades eram indispensáveis para avançar com o processo de contratualização.

Com assinatura destes contratos, serão definidas exactamente quais as obrigações de serviço público e quanto valem. Hoje, as indemnizações compensatórias que são atribuídas às empresas raramente chegam para fazer face a operações deficitárias. O critério para as atribuir não corresponde às necessidades das empresas. Depois da contratualização, as empresas poderão ter outras soluções de financiamento. E expandir serviços que estejam fora da sua área normal de actividade para conseguir obter receitas por outras vias.

O sistema de indemnizações

compensatórias como existe agora deverá desaparecer.

### CP Carga privatizada?

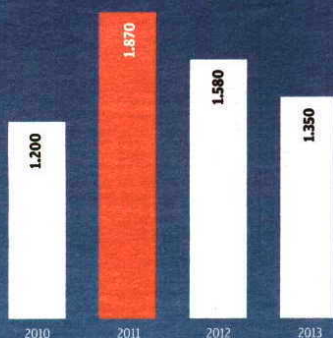
A privatização da CP Carga, assumida no PEC, algo inesperadamente, abre o sector ferroviário a este tipo de operações. Com excepção da TAP e dos aeroportos, nunca tinha sido assumida a intenção de privatizar nem unidades da CP nem da Refer, empresas com grandes passivos, estruturas pesadas e altamente politizadas.

Em termos europeus, as operações têm sido em sentido contrário, com empresas públicas como a francesa SNTF a adquirirem privadas. Paralelamente, o PEC admite que se concessionem linha regionais à exploração privada. Não fica claro se esta estratégia vem no âmbito da abertura do mercado ferroviário de passageiros a privados ou se há linhas que irão ser subconcessionadas pela própria CP a empresas ferroviárias privadas.

Pedro Elias

**SEIS MIL MILHÕES É A RECEITA PREVISTA**

2011 É O ANO EM QUE O ESTADO PREVÊ MAIOR ENCAIXE



Já este ano o Estado estima encaixar 1,2 mil milhões em privatizações. O grosso desta verba resultará da venda do BPN. Em 2011, os 1.870 milhões previstos representarão 1,09% do PIB.

Unidade: Valores em milhões de euros. Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

# Serão todas as mais-valias de bolsa taxadas em 2010?

Comprou 500 acções da Jerónimo Martins em Fevereiro de 2009. Vendeu-as ontem, pouco mais de um ano após a aquisição, com uma mais-valia de 2.191 euros. Segundo a legislação em vigor, está isento do pagamento de imposto sobre as mais-valias.

Mas segundo as medidas da PEC, a situação vai mudar. Quem detém títulos há mais de 12 meses perde a isenção. E, as que hoje são taxadas a 10%, passarão a ser tributadas à taxa de 20%. Isto é válido tanto para as acções, como para as obrigações.

Não se sabe exactamente quando entrará em vigor a nova legislação, mas em entrevista ao **Negócios**, esta semana, o ministro das Finanças admitiu que venha a ser já este ano. Com a entrada em vigor das novas regras, será tributado no IRS relativo a 2010?

Entre os fiscalistas contactados, a aplicabilidade da legislação ainda não é clara. Dependerá do texto da lei. E as nuances são muitas. Parece ser consensual que as mais-valias obtidas antes da entrada em vigor da nova Lei terão que estar sujeitas ainda às regras que estão hoje em vigor, sob pena de o diploma ser inconstitucional.

**Mais-valias antes da nova Lei...**

"As mais-valias de acções detidas há mais de 12 meses e realizadas antes da entrada em vigor da nova legislação devem estar excluídas de tributação, uma vez que não deverá existir retroactividade da Lei, o que seria inconstitucional", explica Cristina Reis, especialista da área fiscal da PricewaterhouseCoopers. O mesmo é aplicável a quem está sujeito à taxa de 10%.

Samuel Fernandes de Almeida, jurista da Miranda, lembra que "há vários graus de retroactividade e nem todos são proibidos". Se os investidores optarem pela tributação autónoma de 20%, então aplicar o novo imposto "seria desconforme com a Constituição".

Mas se os investidores optarem, em sede de IRS, pelo englobamento dos rendimentos, então "ai podem incluir-se todas as mais-valias obtidas no ano de 2010, uma vez que a situação dos contribuintes só é definida no dia 31 de Dezembro de cada ano".

Caso fosse essa a opção do Governo, então os contribuintes passariam a ter um tratamento fiscal diferenciado. A intuição de Fernandes de Almeida diz-lhe que "a tributação das mais-valias não vai retroagir a 1 de Janeiro de 2010".

**IDEIAS-CHAVE**

O QUE MUDA NA TRIBUTAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS

**FIM DAS ISENÇÕES DAS MAIS-VALIAS**

Quem detém acções em carteira há mais de 12 meses ou obrigações, está hoje isento da tributação de mais-valias. Este regime acaba. Passarão a pagar 20% de imposto.

**TRIBUTAÇÃO PASSA DE 10% PARA 20%**

Quem mantém as acções em carteira por um período inferior a 12 meses está hoje sujeito a uma taxa de imposto de 10%. Passará a estar sujeito a um imposto de 20%.

**MAIS-VALIAS ATÉ 500 EUROS ESTÃO ISENTAS**

Os investidores que obtêm, anualmente, mais-valias até 500 euros, estarão isentos do pagamento de imposto. O objectivo é proteger o pequeno investidor.

**... e após a nova Lei**

A tributação das mais-valias obtidas em 2010, mas após a entrada em vigor da Lei, é menos consensual. Para Joaquim Lamprea, da sociedade Vieira de Almeida, a situação mais simples e menos gravosa para os investidores seria "aquela que foi adoptada no Código de IRS em relação às mais-valias de imóveis", em que só os adquiridos após a entrada em vigor da Lei são abrangidos. Mas Samuel Fernandes de Almeida admite que, títulos adquiridos antes da entrada em vigor da Lei mas alienados depois, possam ser taxados, "embora possa haver frustração da expectativa" de quem os adquiriu.

Já Cristina Reis distingue duas situações. Se quando a Lei entrar em vigor, as acções estiverem em carteira há mais de 12 meses, então "a isenção deve manter-se". Se for há menos de um ano, então "nesse caso, já poderá ser aplicada a nova legislação, ou seja, a tributação a 20%".

Na sua opinião, "seria conveniente que o Governo incorporasse na legislação um regime transitório, para evitar dúvidas de interpretação quanto à retroactividade e constitucionalidade do novo regime fiscal". **sd**

# Limite de isenção nos 500 euros é pouco relevante

RAQUEL GODINHO

A isenção dos investidores que não obtenham mais-valias mobiliárias com um valor anual superior a 500 euros é "pouco relevante", consideram os especialistas ouvidos pelo **Negócios**. Este é um valor baixo e simbólico que isenta a pequena poupança do pagamento da nova taxa de imposto de 20% contida no PEC apresentado esta semana.

Para António Nogueira Leite, esta "é uma forma de isentar a pequena poupança". O antigo presidente da Bolsa de Lisboa considera o limiar dos 500 euros estabelecidos para a isenção da tributação como "simbólico". Trata-se "mais de uma medida política do que económica", ao tributar o factor capital numa altura em que se pedem esforços à população. Para o especialista, esta é uma taxa "com muito pouca receita fiscal".

Segundo Pedro Lino, "um investidor que tenha de mais valias realizadas de 500 euros é um investidor que terá quanto muito 10.000 euros na bolsa, com uma rentabilidade anual de 5%". O administrador da Dif Broker considera que "não se pode considerar que um agregado familiar poupe e resolva aumentar o seu nível de exposição aos mercados se só pode usufruir de uma poupança até estes montantes". Deste modo, defende que este limite é "baixo", devendo ser considerado um limite superior, como até dez mil euros por agregado familiar.

Francisco Garcia dos Santos advoga que este limite terá um efeito "pouco relevante", mas garante que "o muito pequeno investidor não vai ser prejudicado", beneficiando "os pequenos face aos maiores". O presidente da Associação Portuguesa de Correctores defende que ao ser eliminada a isenção, "teria que haver o princípio de consolidação plurianual de mais e menos-valias". Esta seria uma forma de considerar o efeito do risco que diferencia este investimento do rendimento fixo. Garcia dos Santos considera também que as mais-valias deveriam ser consolidadas com os dividendos, "não sendo duas categorias distintas".

# blico do ano

Com a nova contratualização, vai ser possível definir exactamente o que é o serviço público e quanto é que vale para as empresas.

**Reestruturação das empresas públicas em estudo**



O PEC adianta várias medidas para racionalizar custos nas empresas públicas. Entre elas conta-se "promoção de processos de reestruturação e reorganização interna das empresas, tendo em vista a promoção de eficiência e a redução da despesa". Não foi explicado se isto implica que se extingam unidades e postos de trabalho, ou se haverá fusões (como em Espanha). O Governo irá rever os encargos com sistemas de pensões e planos de saúde, sobretudo os não contributivos, que são financiados exclusivamente pelo Estado. O PEC refere ainda que serão encontradas soluções para reestruturar os passivos das empresa (sem especificar quais). O sector público estará, até 2013, limitado nos salários e endividamento.

# **Governo** agrava imposto sobre carros atribuídos a gestores

- Recusas de emprego por beneficiários do RSI vão ser restringidas
- Investimento público vai cair para o valor mínimo registado em democracia
- Esclareça as dúvidas sobre a tributação das mais-valias com acções



Pedro Elias